

MUROS

Joelma RODRIGUES*

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre algumas divisas do espaço acadêmico, especificamente, as divisas sócio-sexuais e sua relação direta com a experiência feminina na universidade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE

Muros, Feminino, Masculino, Poder.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on some frontiers of the academic space, specifically, the socio-sexual frontiers and its direct relation with the feminine experience in the Brazilian university.

KEYWORDS

Walls, Feminine, Masculine, Power

Ao iniciar a leitura do poema “Muros”, onde o poeta é o personagem Lucas da novela *Rutilo Nada* de Hilda Hilst – escritora e poeta paulista, cuja obra é objeto de estudo da minha tese – veio-me um enorme desejo de dialogar com as reflexões dos versos. Versos que logo me fizeram passear pelos corredores da universidade, pelas pessoas que cotidianamente encontro e pela própria estrutura do campus, incitando-me uma pergunta: para que servem os muros da universidade?

Penso que quando falamos de muros, reclamamos intimamente da necessidade de proteção, de nos sentirmos guardad@s. Nas grandes cidades, especialmente, os muros são os mais altos possíveis, oferecendo-se como obstáculo para qualquer tipo de invasor. Assim, ao visitar minha própria realidade, o espaço onde trabalho e minha existência como mulher neste mesmo espaço, vi como os muros, em sua definição, oferecem duas realidades igualmente concretas no espaço acadêmico: primeiro, “muro” como uma parede para cercar determinada área, “servindo-lhe de proteção”; depois, “muro” como divisa entre espaços¹.

Apesar de ser considerada um dos espaços mais democráticos e diversos da sociedade, a universidade pública brasileira ainda é cercada por muitos muros culturais, geográficos, financeiros e sexuais: convivemos com padronizações conservadoras justificadas por leis arcaicas que, por serem assim, não acompanham o processo de desenvolvimento criativo d@s agentes pedagógic@s, desrespeitando suas singularidades sócio-culturais; desvalorizamos as demandas específicas de cada região; realizamos projetos de pesquisa e extensão nas condições mais adversas, comprometendo, algumas vezes, a própria eficiência do trabalho; e, ainda, dividimos sexualmente as atividades, os cargos, as disciplinas e os cursos, refletindo, como num espelho, a própria sociedade e sua divisão dos papéis sexuais entre homens e mulheres.

Assim, meu objetivo neste artigo é refletir sobre algumas divisas do espaço acadêmico, especificamente, as divisas sócio-sexuais e sua relação direta com a experiência feminina na universidade brasileira. Para isso, dialogarei com o poema “muros”, que, como um pincel, passará por este quadro multicolor que conhecemos por universidade.

¹ Doutorado em Teoria da Literatura/UFPE

joelma.rdg@gmail.com

Definições retiradas do Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2001).

1. Os cargos e a burocracia

*Muros prisioneiros de seu próprio murar.
Campos de morte. Muros de medo.
Muros silvestres, de ramagens e ninhos.
Os meus muros da infância. Esfacelados.
Muros de água. Escuros. Tua palavra.
Um mosaico de vidro sobre o rosto altivo.
Devo me permitir te repensar?*

Existe um modo feminino de assumir cargos que requeiram liderança? Cargos em reitorias, chefias de departamentos, coordenações de centros de pesquisas, pró-reitorias, cursos de extensão etc., quando assumidos por mulheres, apresentam nuances diferentes quando o são feitos por homens? São perguntas que, aparentemente, não fazem muito sentido, mas que tocam no cerne das diferenças de tratamento quanto às questões de competência, confiança, capacidade intelectual e administrativa entre homens e mulheres. Vejamos: em quantas universidades federais e estaduais públicas em nosso país, há reitoras? E nos cargos de poder administrativo, dez ou vinte por cento do total?

Como diz o verso do poema acima, reinamos por trás de “muros de água”, facilmente ultrapassáveis, transparentes demais para oferecerem proteção e resguardo. Um limiar fino da “independência” e “autonomia” femininas que esbarra nos números e evidências: nós, mulheres, ainda não temos as mesmas experiências e oportunidades profissionais que os homens. Embora seja a universidade um espaço que, teoricamente, deva comportar as multiplicidades, diferenças e possibilidades regadas pela presença marcante da democracia, não é possível ainda se verificar essa realidade dentro dos muros acadêmicos.

É fato que, pouco a pouco, temos assumido papéis/cargos nas áreas administrativas das universidades, mas isto ainda é incipiente. Mas, onde reside o problema? Seria a pura falta de formação profissional? Ou estaríamos lidando com a questão histórica dos meios de ocupação dos espaços público e privado? Ora, o espaço público pertence, historicamente, aos homens, daí sua visibilidade e permanência. E o espaço público do trabalho, especialmente, reforça os valores masculinos da força, concorrência, virilidade. O fato de o espaço público pertencer historicamente ao mundo masculino, e o privado ao feminino, determina a qualidade e quantidade das experiências femininas no mundo.

Assim, muitas vezes, quando a mulher assume papéis sociais no espaço público, facilmente incorre num grave erro: reiterar a maneira do agir masculino. Historicamente, o agir masculino tem sido preponderantemente veiculado sob os ditames do mando, controle, eficácia e dominação - epítetos que são des-graçados tanto para mulheres quanto para homens – é claro que com a diferença de serem as mulheres as maiores vítimas disso tudo: os salários mais baixos, a violência física e psíquica, o machismo etc.

Graf Dürckheim, citado por Jean-Yves Leloup (2002, p.100), sintetiza bem a maneira do “agir masculino”:

Do desenvolvimento unilateral das qualidades viris, resulta o irreconhecimento – para não dizer, a repressão – das potencialidades femininas (...). Um critério de apreciação baseado na eficácia e em seus resultados mensuráveis recalca o mundo da sensibilidade, da harmonia interior e dos sentimentos. Até aqui a emancipação feminina representou sobretudo a emancipação do elemento masculino presente na mulher (...). A igualdade da mulher concerne seus direitos no âmbito de uma sociedade de produtividade. Muitas vezes tanto no homem quanto na mulher o feminino é condenado a um destino fantasma.

Ora, todos nós, homens e mulheres, estamos padecendo sob esse modelo social da eficácia, da qualidade total, da produtividade e do controle. Basta lembrarmos de exemplos cotidianos e mesmo trágicos, como do pai que esqueceu seu filho no carro, tendo por consequência a morte da criança.² Esse modelo patriarcal que se alia ao cartesiano, destrói as possibilidades humanas da cooperação, da afetividade, do respeito e da vivência das singularidades, de tal maneira, que, quando refletimos sobre a realidade da universidade podemos testemunhar algumas experiências femininas em cargos de chefia, que, no meu ver, foram e ainda são fracassadas: mulheres autoritárias, dominadoras e controladoras no exercício de seus cargos. A inexperiência e o “falso” modelo (re)torna o exercício feminino numa cópia dos fracassos masculinos. Aquilo que por séculos tem sido atribuído à mulher – sensibilidade, paciência, cooperação e intuição – e, que, seria muito útil, especialmente no chamado “mundo do trabalho”, é descartado. As mulheres repetem o que vêm ser exercido pelos homens, e reproduzem também seus erros.

2. Divisão do conhecimento

*Muros agudos
Iguais à fome de certos pássaros
Descendo das alturas.
Muros loucos, desabados.
Poetas da Utopia e da Quimera.
Muro máscara disfarçado de heras.
Muros acetinados iguais a frutos.
Muros devassos vomitando palavras.
Muros taciturnos. Severos.
Como os lúcidos pensadores
De um sonhado mundo.*

O ser humano sempre foi desnatural. Eleito por Deus ou partícipe da “evolução” da espécie, o ser humano sempre modificou a sua margem, o seu mundo. Neste sentido, nunca fomos naturais porque nunca permanecemos no mesmo lugar, repetindo instintos e atividades de subsistência. A nossa curiosidade e inquietação, necessidade e disposição, nos fez ter a ilusão da mudança do patamar de criaturas para criadores(as). Com o conhecimento sistematizado, criamos a filosofia e desta a ciência - ciência que ainda parece representar o mais alto nível da competência humana - recriamos seres vivos, mudamos o curso da natureza, inventamos a robótica, invadimos o espaço sideral, e assim por diante. Entretanto, o conhecimento ainda não é democrático.

O conhecimento não é democrático não só porque comporta uma elite abastada, mas também porque cria subdivisões em si, estabelecendo status. Por exemplo, é fato que a propaganda oficial em nosso país estabelece um aumento considerável de alfabetizados e graduados nos últimos dez anos. Contudo, quando olhamos mais de perto tais números, percebemos que algumas coisas não são ditas: a maioria dos(as) alfabetizados(as) são pessoas que conseguem assinar o próprio nome, mas mal alcançam a mensagem de um texto que lhes é dado em sala de aula; as faculdades particulares estão repletas de alunos(as) negros(as), pobres, mães e funcionários(as) das instituições públicas que cursam uma graduação para otimizar os salários que recebem: assistem às aulas ao fim de um dia causticante de trabalho –

² Reportagem exibida no jornal de circulação nacional *Folha de São Paulo*, caderno Cotidiano, dia 13/04/06.

portanto, com poucas condições físicas e intelectivas de aprendizado. Por sua vez, essas mesmas faculdades têm possibilitado a ampliação do mercado de trabalho para recém mestres formados no país³ - embora precisem desses mestres e doutores, as universidades públicas não realizam os concursos de que necessitam (sintoma das políticas públicas para educação no país), alimentando-se sim de mini-contratos anuais e prorrogáveis, numa verdadeira terceirização e desvalorização profissional; estão ocupadas por estudantes da classe média e alta, que em seu processo estudantil puderam frequentar escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares. Estes estudantes dividem as vagas nas universidades públicas com um ou outro estudante oriundo das classes populares, que, de alguma maneira sobreviveram às barreiras de exclusão social as quais estão submetidos, mas que, via de regra, não ocupam mais a universidade pública, tendo para isso que incorrer nas políticas afirmativas de cotas.

Assim, por não ser democrático, o conhecimento na universidade se divide ainda em categorias de gênero e classe social. Temos em geral cursos como Letras, Pedagogia, Filosofia, Serviço Social, História, por exemplo, ocupados por alun@s oriund@s, majoritariamente, das classes pobre a média baixa e onde se concentra a maior representação feminina. Esta divisão se dá por diversos fatores: primeiro, a própria manutenção de um curso cujo status social e econômico é alto – como Medicina, Direito, Arquitetura – apresenta-se como empecilho para @s alun@s: as aulas geralmente acontecem em mais de um período do dia e o material de estudo é dispendioso, fazendo com que @ alun@, mesmo quando ultrapassa as barreiras sócio-econômicas que @ exclui, não consegue alcançar o final do curso; depois, nos deparamos com as divisões de gênero entre os cursos universitários: as áreas mais tecnológicas como Engenharia e Biologia, e dos saberes exatos como Matemática e Física, são ocupados majoritariamente por homens. Ora, isso não se dá de forma aleatória, afinal, as referências humanas da intuição, introspecção, sensibilidade, aventadas ao mundo feminino, se contrapõem à ousadia, força e racionalidade investidas ao mundo masculino pelos quais demandam esses saberes – acrescente-se aqui todo um mote mercadológico que se casa com essas qualidades e que é explorado por empresas e instituições públicas e privadas, tais como: “a capacidade de resolver problemas”, o estímulo à concorrência em nome de uma qualidade total dos produtos em venda, o espírito empreendedor etc.

Assim, o conhecimento, além de não democrático, é arraigado sob valores da fragmentação, funcionalismo e instrumentalização do saber. Na verdade, esse “muro máscara disfarçado de heras” tem se tornado cada vez mais taciturno, como denuncia o poema. Temos nos acastelado sob paredes desabrigadas e severas que nos compartimentalizam em saberes “devassos vomitando palavras”, que se acetinam em sonhos com becas e canudos, e se empobrecem por esquecer de seu recurso mais importante: o humano. Quando fragmentamos o nosso saber e o tornamos acessível a alguns, fazemos o caminho inverso do início: deixamos de ser sujeitos do conhecimento e saímos do patamar de criadores(as).

3. Sexualidade

*Muros castos e tristes
Cativos de si mesmos*

*Como criaturas que envelhecem
Sem conhecer a boca
De homem e mulheres.*

³ Aqui é importante frisar “mestres”, devido às mais recentes providências das faculdades particulares em querer contratar somente professores com mestrado, a fim de não terem que arcar com o salário “dispendioso” de um doutor.

*Muros escuros, tímidos:
Escorpiões de seda
No acanhado da pedra.*

*Há alturas soberbas
Danosas, se tocadas.
(...)*

Por que temos tanto medo de tudo que foge ao racional? É a nossa necessidade de controlar tudo ao redor? O ser humano sempre procurou controlar tudo? Ora, se é verdade que a paixão e o desejo motivaram a humanidade à criação, desnaturalizando o mundo, também será verdade dizer que a partir de determinado momento tais paixões e desejos precisaram ser controlados, castrados e absorvidos. Um estudo sociológico importante acerca desse processo de controle e esquadramento sócio-subjetivo está presente nos dois volumes do *Processo Civilizador*, do sociólogo Norbert Elias. Este autor vai dizer uma coisa importantíssima (e que ecoará nas denúncias dos três volumes *da história da sexualidade* do filósofo Michel Foucault): social e subjetivo não se separam, são interdependentes. Portanto, o controle da violência, da desordem social – a chamada barbárie – da higiene, dos papéis sociais para homens e mulheres, do trabalho, não estão submetidos à implementação rígida de leis e normas sociais por si só. O controle está também diretamente relacionado ao domínio das paixões e dos desejos.

Em seu conceito de “configuração social”, Norbert Elias vai dizer que as mudanças nas estruturas da personalidade e da sociedade são interdependentes, isto é, controle e auto-controle das emoções, diferenciação e integração social, caminham juntos:

pode-se dizer com absoluta certeza que a relação entre o que é denominado de "indivíduo" e de "sociedade" permanecerá incompreensível enquanto esses conceitos forem usados como se representassem dois corpos separados, e mesmo corpos habitualmente em repouso, que só entram em contato um com o outro depois, por assim dizer (1994, p.221).

A importância dessa afirmativa consiste em ratificar o que a Física tem insistido em dizer há algumas décadas: existe uma inter-relação e intercomunicabilidade de todas as coisas entre si, em diversos níveis estruturais (CAPRA, 2004). Com isso quero lembrar o que já é sabido, ou seja, desde Einstein o mundo gira diferente. Einstein e sua Teoria da Relatividade trouxeram para o mundo um outro paradigma de Tempo e Ação. Se a Lei de Newton da Ação e Reação é verdadeira, ela o é até certo ponto. Ação e Reação são certas se a libertarmos de seu isolamento, e se dissermos que ambas ocorrem infinitamente e a todo momento, em todas as coisas existentes. Saímos da mecânica, dos blocos moleculares e do tempo linear absolutos, para a interatividade da matéria e energia e do espaço-tempo relativos. A consistência da Teoria da Relatividade de Einstein está, especialmente, em contestar e desbancar a teoria cartesiana funcionalista. E o que tudo isso tem a ver com a questão da sexualidade e a experiência feminina na universidade brasileira? Numa palavra: tudo.

Bem, se as relações sócio-subjetivas não funcionam como blocos estanques e determinados, e, muito menos num espaço-tempo linear (as pessoas constroem seu próprio tempo, mesmo estando submetidas a um tempo social estabelecido), é possível dizer que as relações sociais nas universidades, comumente estabelecidas como “ofícios” departamentais, padecem sob muitos fracassos: presenciamos um joguete de poder e mentiras, desde @ professor(a) que finge dar aula e @ alun@ que

semelhantemente a assiste, à concessão de bolsas de estudos que se concentra nas mãos d@ coordenador(a) do curso, exigindo dedicação exclusiva num país como o nosso.

As relações são fracassadas nesses níveis “aparentemente” externos da convivência acadêmica e, mais ainda, quando adentramos no “tenebroso” mundo da sexualidade. Não é certo afirmar, contudo, que a universidade tem tratado do tema “sexualidade” de forma cada vez mais crescente, através de seminários, colóquios, encontros e simpósios? Também não é certo dizer que o espaço acadêmico é um dos mais democráticos, em que pesem as convivências com diferentes opções sexuais, raciais e de classes sociais? Sim, tudo isto é certo. Mas é, da mesma forma, contraditório constatar que essas relações estão repletas de não-ditos. Nos “muros castos e tristes/cativos de si mesmos” esconde-se o que George Bataille em *O erotismo* (1987) chamou de “interdito”. Este autor explica que a interdição sexual é algo tão forte na sociedade, que é quase possível imaginar que o erotismo não existe. Apesar do declínio de vários tabus sexuais – como virgindade, nudez, menstruação – é possível observar os interditos numa sociedade tão “sexualizada” quanto a brasileira. É possível e atual se refletirmos numa frase ecoada em diversas partes do texto de Bataille, que diz: “o desejo do erotismo é o desejo que triunfa do interdito” (1987, p.238).

A sexualidade humana difere da animal por ser erótica, isto é, passeia pelos muros da convivência social, tais como: a permissibilidade, a consciência, a invenção, a criatividade, entre outras coisas; porque não se resume ao ato sexual e nem à procriação – como insistem as instituições conservadoras como as igrejas, que, em última instância querem preservar o “direito” à propriedade e ao “controle social”; e ainda, por ter como força propulsora o matiz da transgressão. Exercer livremente a sexualidade é, antes de qualquer coisa, um ato profundamente transgressor porque imprime nossa marca de humanidade e porque reescreve as histórias do controle e esquadramento sociais.

Assim, mesmo quando pensamos numa sociedade como a brasileira (tão cheia de “liberdades”!), lembramos ainda que a livre expressão sexual (centenas de gays e lésbicas são mortos ou vítimas de todo tipo de violência a cada ano) e o exercício dos papéis sexuais ainda são muito arraigados (vários rótulos estabelecidos são constantemente demarcados no cotidiano das propagandas e estabelecimentos comerciais, nas reuniões religiosas, nas normas da escrita e linguagem).

Da mesma forma, o espaço acadêmico está repleto de interditos, “como criaturas que envelhecem” sem amadurecer, envelhecem a possibilidade da mudança. Na academia ninguém quer saber “o que você faz na cama”, mas, subliminarmente, isso é pensado. O sexo é este ente subliminar, não-dito por ser um assunto de cunho “particular”, mas constantemente presente nas piadas e brincadeiras. As situações são diversas: como o aluno “afeminado” que é excluído pelos meninos nas atividades em grupo na sala de aula, ou ainda dos envolvimento sexuais entre orientand@s e orientadores(as)/ alun@s e professores(as). Tais exemplos só demonstram que as relações no dia-a-dia podem até não serem ditas, mas explodem invariavelmente.

Assim, embora neguem nos seus discursos “neutros”, @s acadêmic@s representam em suas relações cotidianas a sublimação da sexualidade. Isto é estabelecido na “maneira de se vestir” (com roupas impessoais, estilo que reúne imparcialidade e repetição) e na dificuldade não admitida em se relacionar com o corpo d@ outr@ (cheiros, sensações e posturas). E, tais discursos, visam permanecer com o “estabelecido” que precisa ser autorizado e selecionado pelos especialistas:

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus

poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.08-09).

Dessa maneira, o discurso, que, por essência, representa a alma da academia, está constituído, de acordo com Michel Foucault (1996), por um sistema de restrições imprescindíveis. São eles: o ritual que o qualifica, o jogo dos gestos e recitações, e o conjunto de signos embriagados nesse processo. Enquanto discurso do espaço acadêmico, a sexualidade tem se estabelecido como significado, mas encolhido como significante.

4. Os gêneros

*Muros intensos
E outros vazios, como furos.
Muros enfermos
E outros de luto
Como o todo de mim
Na tarde encarcerada
Repensando muros.
(...)*

O mundo de homens e mulheres ainda se abriga sob fendas profundas. Já ouvi algumas vezes pessoas se perguntarem como é possível que dois mundos tão diferentes – masculino e feminino – possam se encontrar. Bem, mas relações humanas, por si sós, são conflituantes. O conflito, por sua própria definição, remete ao choque/enfrentamento. Homens e mulheres, entre si e consigo, sempre brigaram e sempre andaram juntos. O ser humano por sua individualidade e relações sociais lida continuamente com o conflito de interesses, de percepções, de convivências etc. Entretanto, o que fez e faz – especificamente na relação amorosa – homens e mulheres entrarem em conflito, não são necessariamente as diferenças, mas as relações de poder. As velhas dicotomias ativo/passivo e dominador/dominado ainda regulam as relações sociais entre homens e mulheres, especialmente através da violência simbólica:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; (BOURDIEU, 2002, p.47)

Ora, nossas sociedades têm eternizado e naturalizado a dominação masculina como se esta fosse realmente a-histórica. Têm feito de forma tão eficiente que parece “normal” terem os homens certos privilégios que não têm as mulheres. Como lembra Pierre Bourdieu (2002, p.85), a dominação só é possível porque há submissão do dominado, e, tudo isso, é construído socialmente através da educação, religião, família e demais instituições: “Embora o efeito dessas instituições seja inegável, não se trata mais que de um reforço do efeito da relação

fundamental que institui a mulher na posição de ser-percebido, condenado a se ver através das categorias dominantes, isto é, masculinas”.

As tramas do poder simbólico dominante é tão eficiente, que as próprias mulheres – que entram no jogo dicotômico enquanto agentes historicamente dominadas – passam a estabelecer e reproduzir o poder de quem as domina. Essas relações dicotômicas estabelecidas são continuamente circunscritas nos corpos, nos afetos, nos valores morais e nas identidades sociais, varrendo o que há de mais singular no ser humano: seu mundo interno, suas realidades subjetivas.

Assim, é incoerente e mesmo irreal pensar que a diferença entre o corpo masculino e feminino é o que lhes proporciona os desníveis de prazer, por exemplo, nas relações amorosas. O que torna desproporcional o prazer na maioria das relações sexuais entre homens e mulheres é o poder que um sexo exerce sobre o outro. Diferentemente do que dizem as instituições religiosas e representantes sociais conservadores, o sexo não é uma mera mecânica “natural” do encaixe, mas é essencialmente social - o encaixe dos sexos, para aproximá-los de uma alusiva naturalidade, é apenas uma variante dispositiva.

Exatamente por ser desproporcional é que a relação de poder entre os sexos, que o ato, por si, torna-se passível de conflito ruim. A sociedade fálica e patriarcal entra nos nossos quartos e lhes domina. O que deveria ser objeto de cooperação, descoberta, criatividade e prazer, torna-se dor, infelicidade, morte. Relatos há muitos: mulheres que confessam nunca terem obtido um orgasmo com seus parceiros; homens que sentem vergonha por experiências de impotência sexual; mulheres sexualmente violentadas; homens em crise pela nova disposição sócio-sexual das mulheres.

Ora, esses conflitos históricos entre homens e mulheres têm se tornado cada vez mais acirrados pelo simples fato de que as relações dicotômicas têm passado por fracassos, e as mulheres têm sido o pivô dessas mudanças: a conquista de seus direitos sociais têm interferido diretamente na conquista dos direitos pessoais, e vice-versa. Dessa forma, ao se tornarem menos dicotômicas, as relações entre homens e mulheres saem do conflito em terras desconhecidas para um aprendizado comum, diminuindo a distância entre um e outro.

A organização e perduração do poder desigual interfere nas relações humanas, para não ficar no exemplo da relação entre homens e mulheres por si. Se assim não fosse poderíamos concluir que a relação entre “iguais” (que assim denominamos quando falamos de pessoas do mesmo sexo) seria passível de menos conflitos, o que não é verdade. Na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, os conflitos que comumente acontecem nas relações com pessoas de sexos diferentes, repetem-se: o ciúme, o desprazer, papéis sexuais determinados etc. Portanto, o que gera o conflito entre pessoas é a maneira como elas lidam com seus poderes – financeiros, sexuais, intelectuais, corporais, afetivos, culturais. E, repito, tais poderes são essencialmente humanos, sejam bons ou ruins.

O fato é que o modelo masculino é fracassado, e a pura ascensão ao tradicionalmente feminino o seria também. É preciso passear por todos os espaços e realizar uma constante reflexão crítica sobre os mesmos. Isto significa dizer que pequenas grandes coisas precisam ser revidadas, recobradas, repensadas, reavaliadas: por exemplo, um professor que reforça suas aulas com exemplos e piadas machistas precisa ser criticado e levado a avaliar sua postura de educador. Faz-se necessário e urgente quebrar com as determinações de espaços e gêneros (“isto é coisa de mulher”, “aquilo coisa de homem”), e a universidade é um campo aberto às possibilidades. A mulher ainda encontra nas universidades muitos colegas satisfeitos e tranquilos com seus cargos e papéis em suspensórios, por isso, precisa desconstruir esses arraigados poderes com ações simples e concretas, tais como: não ter receios em estar à frente dos projetos acadêmicos – sabendo-se humana tanto quanto os homens, podem cometer erros e também acertos; observar o teor de algumas críticas acadêmicas, interrogando-lhes a origem: ouvi recentemente de um colega que o que lhe desgosta numa certa autora, que é

crítica literária, é o fato de “ser muito severa, como toda mulher quando faz crítica literária”; e assim seguem outros exemplos quase inimagináveis.

5. *Repensando Muros*

Os papéis sócio-sexuais não são eventualmente adquiridos, mas resultam de um amplo, lento e consistente processo histórico-social. Há séculos aprendemos a ser homens e mulheres, e eternizamos essa aprendizagem. Como reflete Pierre Bourdieu (2002, p.100), é preciso escapar dos essencialismos para dar lugar à (re)construção histórica: “Realmente, é claro que o eterno, na história, não pode ser senão produto de um trabalho histórico de eternização.” Eternização de um poder desigual, dominador, forte e controlado: o poder masculino. Uma forma de Ser que padece cotidianamente em muitos fracassos humanos, mas que ainda se resguarda com força e competência.

Na verdade, foi preciso domesticar costumes, hábitos e valores para que as sociedades chegassem ao nível organizacional em que hoje se encontram. A implementação de leis, as reestruturações políticas que substituíram a “predestinação absoluta” pelo regime econômico burguês, o controle da sexualidade e da moral, a institucionalização da fé, a fragmentação da educação, a economia dos bens simbólicos e a setorização dos papéis sociais e sexuais, criaram novos modelos sociais, reidentificando as sociedades.

Já os papéis sócio-sexuais, mesmo constituindo-se em processos de mudanças sócio-históricas importantes, como o Movimento Feminista da década de 1960, ainda se encontram pouco móveis. As mulheres ainda têm muita dificuldade de lidar com o espaço público, um terreno arenoso e desconhecido que tem sido palco de exposição para diversas experiências femininas felizes e infelizes: no mundo da política institucional cada vez mais vemos mulheres exercerem cargos executivos e legislativos, entretanto, ainda carregam pesos diferentes dos homens quanto ao julgamento de suas competências para o mesmo – cada erro, dificuldade ou mesmo incompetência feminina, ganha, quase sempre, conotação pessoal: fragilidade do sexo, incapacidade intelectual, a falta de pulso etc.; no espaço acadêmico temos experimentado diversas situações: desde a instalação e continuidade de diversos cursos de extensão dirigidos por mulheres – tais como: terapias alternativas, universidades da terceira idade, artes plásticas, cinema, cursos de línguas estrangeiras –, à sua ausência gritante em cargos que exigem competência administrativa direta.

Na verdade, a presença feminina no chamado “mundo do trabalho” tem instaurado alguns dilemas importantes: primeiro, dar ou não continuidade aos modelos historicamente estabelecidos por homens – na forma de administrar uma empresa e nos desafios cotidianos de qualquer trabalho, na inserção em espaços até então só ocupados por homens; segundo, como lidar com as jornadas de trabalho, geralmente divididas em duas ou mais, travessia que disputa, historicamente, com quatro importantes lugares sociais para a mulher: organização doméstica, educação dos filhos, vivência dos afetos e os desafios do trabalho; e ainda, a própria formação profissional da mulher, que, ao ocupar um quinto lugar realiza a travessia que reza para ser incluída no seu processo.

A mulher precisa, portanto, ter coragem de reconstruir suas identidades, deixando de lado os “muros de medo” para aprimorar seu “mosaico de vidro sobre o rosto altivo”, pincelando-lhe de cores, luzes e sombras novas. A luta por reestruturações dos papéis sócio-sexuais na atualidade traz à mulher o desafio de lidar com as próprias armas – intuição, cooperação, sentimento, coragem – e vencer sua longa batalha. Diferentemente dos homens, penso que podemos vencê-la destruindo a pólvora das balas com flores nos canos das armas - e há muitas armas para transformar em jarros! -, (re)ajustando seu próprio tempo e suas realidades internas às mudanças que, muitas vezes, só reconhece intimamente, mas que também precisam alcançar o lado de fora da casa.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a todas as mulheres que não têm medo de viver, em especial, minha mãe. Também agradeço a um homem cuja humanidade é admirável: um abraço querido Miguel Fernandes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. 25ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss: Editora Objetiva Ltda, dezembro de 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Volume1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

HILST, Hilda. *Rútilo nada. A obscena senhora D. Qadós*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1993.

LELOUP, Jean-Yves. *A arte da atenção: para viver cada instante em sua plenitude*. Campinas: Verus, 2002.